



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
4ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco

Autos n.º 0706764-90.2019.8.01.0001
Classe Procedimento Comum
Autor Eduardo Henrique da Silva
Réu Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A

SENTENÇA

Eduardo Henrique da Silva, já qualificado(a), ajuizou ação de cobrança de seguro DPVAT contra **Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A**, também qualificado(a), com a finalidade de receber o seguro obrigatório de danos pessoais, bem como danos morais, aduzindo que foi vítima de acidente de trânsito que lhe **causou invalidez permanente**.

Postula o recebimento da indenização (art. 3º, II, da Lei 6.194/74).

Instruiu a inicial com documentos, entre eles Boletim de Ocorrência e Laudo de exame de corpo de delito.

A parte ré foi citada. Apresentou contestação às pp. 36/45, alegando que já efetuou o pagamento administrativo no valor de R\$ 1.687,50, conforme laudo realizado na esfera administrativa. Asseverou que o pagamento observou a extensão da lesão sofrida pelo demandante, conforme os parâmetros da tabela da Lei n. 6.194/74. Rechaçou ainda o pedido de danos morais.

É o relatório, decidido.

Nos termos do art. 355, I, do Código de Processo Civil, passo a julgar antecipadamente a lide.

Mérito.

Em se tratando de invalidez permanente (total ou parcial), o direito à indenização a ser paga pelo consórcio do seguro obrigatório surge em face da comprovação do dano e do seu nexo de causalidade com o acidente de trânsito. Isso é o que importa verificar.

Tais requisitos se encontram devidamente demonstrados por meio dos documentos que instruíram a peça inicial, os quais são dotados de fé pública e possuem, portanto, presunção de veracidade que a parte demandada, embora tenha apresentado contestação, não se incumbiu de desconstituir.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
4ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco

Da incapacidade.

Em se tratando de invalidez permanente parcial completa, a indenização corresponderá ao valor resultante da aplicação, ao valor máximo da cobertura, do percentual da perda anatômica ou funcional e será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela da Lei n.º 6.194/74.

Já no que diz respeito à indenização da invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I do § 1º, do art. 3º, da Lei n.º 6.194/74, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Sob essa ótica, verificada a ocorrência de lesão que importe invalidez permanente total ou parcial, o respectivo dano pessoal deve ser indenizado segundo o valor estabelecido na Lei n.º 6.194/74.

Da análise do laudo de pp. 30/32 deduz-se que a parte autora apresenta as seguintes debilidades: "fratura diafisária da tíbia e fíbula direita".

No caso em apreço, do laudo expedido pelo Instituto Médico Legal verifica-se a ocorrência de invalidez permanente parcial incompleta, dado que a parte autora sofreu lesões que importam perdas (anatômicas ou funcionais) parciais incompletas com repercussão média. Assim considerado, a indenização deve ser fixada em 50% da importância correspondente a 70% de R\$ 13.500,00, na forma do art. 3º, §1º, II, da Lei n.º 6.194/74, alcançando a monta de R\$ 4.750,00.

No entanto, a parte ré comprova o pagamento administrativo, em 03/06/2019, da importância de R\$ 1.687,50, valor insuficiente para o pagamento do seguro devido.

Quanto ao dano moral, compartilho do entendimento pacificado entre os tribunais de que o pagamento a menor não gera dano moral, conforme colaciono:

APELAÇÃO CÍVEL. *SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. COMPLEMENTAÇÃO. INDENIZAÇÃO DEVIDA CONFORME GRADUAÇÃO APURADA NA PERÍCIA. DANOS MORAIS*

2



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
4ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco

INOCORRENTES. 1. Demonstrada a ocorrência do acidente e da invalidez permanente da parte autora, nos termos do art. 5º, caput, da Lei nº 6.194/74, é devida a indenização securitária. 2. Graduação da invalidez. Mostra-se necessária a graduação da invalidez para fins de *cobrança* do *seguro* obrigatório DPVAT. Questão pacificada no julgamento do REsp 1.246.432, submetido ao regime dos Recursos Repetitivos (art. 1.036 do CPC) e Súmula 474 do STJ. 3. Complementação de indenização devida, considerando o grau de invalidez apurado na perícia judicial e o pagamento administrativo realizado, nos termos definidos no laudo médico. 4. *Danos* morais inócorrentes. Constitui *dano moral* apenas a dor, o vexame, o sofrimento ou a humilhação que, exorbitando a normalidade, afetem profundamente o comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, desequilíbrio e angústia. **O pagamento administrativo a menor, por si só, não é causa de reconhecimento de dano moral.** RECURSO DESPROVIDO. (Apelação Cível, Nº 70082465188, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em: 28-08-2019)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). ACIDENTE DE TRÂNSITO. LEI Nº 11.482/2007. DESPESAS MÉDICAS E SUPLEMENTARES. VALOR. LIMITE TETO. LEGISLAÇÃO. DANO MORAL. INOCORRÊNCIA. Trata-se de ação de *cobrança*, relativa às despesas médicas que teve decorrente de acidente de trânsito, julgada parcialmente procedente na origem. Segundo estabelece o inciso III do artigo 3º da Lei 6.194/74, com redação dada pela Lei 11.482/07, é devido o reembolso das despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas até o montante de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais). No caso, restou demonstrada a ocorrência do acidente de trânsito, na data de 08/04/2009, através da ocorrência policial (fls. 23/24), bem como os gastos com internação hospitalar (fl. 30 e 35), bem como honorários médico (fl. 34), totalizando a monta de R\$3.400,00 (...). Destarte, comprovados os gastos com as despesas médicas e honorários médicos pela parte autora, observado o teto previsto no artigo 3º, III, da Lei 6.194/74, mister a procedência da demanda, com a consequente condenação da ré ao valor indenizatório pertinente. **Pretensão de indenização por danos morais. Inviável a postulação de danos morais, haja vista que não é qualquer entrave ou dissabor que gera reparação pecuniária a esse título. Ao contrário, deve ocorrer algo sério e extraordinário que exija a intervenção judiciária. No caso em comento, o fato não se ajusta àqueles que acarretam danos morais passíveis de tradução pecuniária.** APELAÇÃO DESPROVIDA (Apelação Cível, Nº 70080529217, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Niwton Carpes da Silva, Julgado em: 28-03-2019)

Ante o exposto, **julgo parcialmente procedente** o pedido do autor, razão por que condeno a parte demandada ao pagamento de R\$ 3.037,50 correspondente ao valor residual, estabelecido na Lei 6.194/74. Assim, **tenho por resolvido o mérito**, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil.

Referido *quantum* indenizatório deverá ser corrigido monetariamente pelo INPC a partir do sinistro. No que tange aos juros moratórios, estes em 1% ao mês, incidirão a partir da citação.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
4ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco

Condeno a parte demandada ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% sobre o valor da condenação.

Intimar e após o trânsito, arquivar.

Rio Branco-(AC), 28 de outubro de 2019.

Marcelo Coelho de Carvalho
Juiz de Direito